Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria

Decreto n.º 27:702

O algodão em rama, que é a matéria prima de uma das indústrias nacionais de maior importância, figura anualmente a débito da nossa balança comercial como um dos seus mais pesados elementos: verifica-se com efeito que a importação do mesmo tem atingido nos últimos anos um valor médio de 150:000 contos, números redondos, dizendo respeito a cerca de 20:000 toneladas.

Tam considerável volume de importação é proveniente, na sua maior parte, de países estrangeiros que nem sempre demonstram posição compensadora na aquisição de produtos nacionais, e só nos últimos anos, mercê da política de protecção realizada pelo Governo, se tornou possível animar a cultura do algodão nas colónias e promover a sua utilização pela nossa indústria.

Nota-se efectivamente que de 1933 para cá a percentagem do algodão colonial conseguiu ultrapassar a casa dos 10 por cento e já em 1936 o vemos atingir 26 por cento da importação total.

Tudo indica que o algodão das colónias satisfaz perfeitamente às necessidades da indústria metropolitana, que, por seu turno, encontra nas nossas províncias ultramarinas importante campo de expansão para as suas manufacturas. Impõe-se portanto como um dever continuar a proteger o algodão colonial, mas tem-se como indispensável orientar desde já a produção e comércio respectivos, no sentido que parece mais conveniente: que o algodão das colónias venha a ser classificado, tanto quanto possível, em conformidade com os tipos mais correntes no mercado mundial e de maior consumo entre nós, e que, por outro lado, um maior cuidado na selecção e embalagem permita melhorar o valor comercial do produto. É isto tanto pelo que interessa à sua crescente posição no mercado da metrópole, como a uma eventual apresentação nos mercados internacionais.

Confia-se a uma Comissão Reguladora, subordinada ao regime dos organismos de coordenação económica definido pelo decreto-lei n.º 26:757, de 8 de Julho de 1936, à missão de regular as condições de abastecimento da metrópole em algodão em rama e condicionar a sua importação, tendo em vista as conveniências das relações externas de ordem comercial e a protecção devida ao algodão nacional das colónias.

Como acontece com as comissões reguladoras já existentes, seguir-se-á com o algodão a importar do estrangeiro a mesma política de defesa da nossa balança comercial: iremos procurar de preferência os tipos mais necessários à nossa indústria aos países que comprem habitualmente produtos nacionais.

Por outro lado compete à nova comissão reguladora cooperar com os organismos congêneres das colónias, dentro da orientação acima traçada, no sentido de normalizar o comércio do algodão colonial e assegurar a sua colocação na metrópole.

Inscrever-se-ão obrigatoriamente na Comissão Reguladora os importadores de algodão em rama e os industriais que o utilizem como matéria prima fundamental.

Foi verificado que os primeiros exercem uma função económica bem definida e por isso se considerou necessário estabelecer com precisão as condições exigidas para a inscrição na Comissão Reguladora das entidades que realizam a importação do algodão em rama.

Prevê-se desde já que importadores e industriais possam organizar-se corporativamente, mas não se toma a iniciativa dessa organização por se considerar que a mesma deve ser requerida ao abrigo do decreto-lei n.º 24:715.

A Comissão Reguladora constitui-se imediatamente

na intenção de poder realizar, se não todos, pelo menos alguns dos seus fins já no início da próxima campanha.

Compete-lhe, como primeiro trabalho, elaborar e submeter à aprovação do Governo o regulamento do comércio do algodão em rama, tanto no que respeita à importação do estrangeiro como das colónias.

Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É criada, nos termos do decreto-lei n.º 26:757, de 8 de Julho de 1936, a Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama, organismo de coordenação económica, com funções oficiais e personalidade jurídica.

Art. 2.º A Comissão Reguladora tem a sua sede em Lisboa e poderá estabelecer delegações onde se julgar conveniente.

§ único. É desde já criada na cidade do Pôrto uma delegação da Comissão Reguladora.

Art. 3.º A Comissão Reguladora tem por fim:

1.º Criar a consciência corporativa e desenvolver o sentimento de solidariedade entre os elementos das actividades que disciplina e orienta;

2.º Regular as condições de abastecimento da metrópole em algodão em rama e condicionar a sua importação, tendo em vista as conveniências das relações externas de ordem comercial e a protecção a conceder ao algodão nacional das colónias;

3.º Promover a classificação do algodão em rama colonial em tipos-padrões tanto quanto possível equivalentes aos tipos de algodão exótico de maior consumo pela indústria e regulamentar o respectivo comércio, em colaboração com os organismos que venham a ser criados ao abrigo do decreto-lei n.º 27:552, de 5 de Março de 1937, para superintenderem na exportação do algodão colonial;

4.º Fiscalizar a execução das disposições legais relativas ao comércio do algodão em rama e exercer acção disciplinar sobre as entidades que intervêm no mesmo comércio;

5.º Desempenhar, por delegação do Governo, os serviços ou funções que lhe sejam cometidos e dar parecer sobre todos os assuntos que o Ministro do Comércio e Indústria mande submeter à sua apreciação e estudo.

Constituição e funcionamento

Art. 4.º A Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama será constituída por:

Presidente;

Vice-presidente;

Um representante dos importadores de algodão em rama;

Um representante da indústria algodoeira;

Um representante dos organismos a que se refere o n.º 3.º do artigo 3.º, logo que se constituam;

Um representante do Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria.

§ 1.º O presidente e o vice-presidente serão nomeados nos termos do decreto-lei n.º 26:757;

§ 2.º Os representantes dos importadores e dos industriais serão os presidentes das direcções dos respectivos organismos corporativos, e enquanto estes últimos se não constituírem serão designados pelo Ministro do Comércio e Indústria;

§ 3.º Enquanto não forem criados os organismos a que se refere o n.º 3.º do artigo 3.º tomará parte nas reuniões da Comissão Reguladora um representante do Ministério das Colónias.

Art. 5.º A Comissão Reguladora reunirá ordinária-

mente uma vez em cada mês e extraordinariamente quando convocada pelo presidente, por sua decisão ou a pedido da maioria dos vogais.

Art. 6.º A Comissão Reguladora deliberará por maioria, prevalecendo em caso de empate o voto do presidente.

Art. 7.º O presidente terá o direito de veto sobre todas as deliberações da Comissão Reguladora, que ficarão suspensas até superior resolução do Ministro do Comércio e Indústria.

Art. 8.º Os vogais, com excepção do presidente e vice-presidente, têm direito por cada reunião a que assistam a uma cédula de presença, e despesas de deslocação, quando não residam em Lisboa, nas condições que forem fixadas pela Comissão Reguladora.

Art. 9.º O presidente é, por natureza do cargo, o director dos serviços da Comissão Reguladora, o seu representante responsável e o coordenador de toda a sua actividade, competindo-lhe especialmente:

1.º Elaborar os regulamentos necessários à acção da Comissão Reguladora;

2.º Resolver a convocação das reuniões extraordinárias;

3.º Apresentar anualmente à Comissão Reguladora a proposta orçamental para o ano seguinte, as contas de gerência do ano anterior e um relatório sobre o correspondente exercício;

4.º Dar realização às deliberações da Comissão Reguladora;

5.º Administrar as receitas e fundos;

6.º Propor à Comissão Reguladora, em reunião ordinária ou extraordinária, a aplicação de penalidades contra as entidades sujeitas à sua disciplina;

7.º Resolver sobre reclamações quando não haja motivos para acção disciplinar;

8.º Contratar o pessoal necessário para assegurar o funcionamento da Comissão Reguladora, nos termos do artigo 15.º do decreto-lei n.º 26:757, de 8 de Julho de 1936.

Art. 10.º O presidente da Comissão Reguladora despachará directamente com o Ministro do Comércio e Indústria, correndo todo o expediente da Comissão Reguladora com o Ministério através do Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria.

Art. 11.º A Comissão Reguladora montará os serviços indispensáveis ao seu regular funcionamento, incluindo os de classificação do algodão em rama, que serão confiados a pessoal técnico de reconhecida competência.

§ 1.º Os serviços de classificação da Comissão Reguladora, além das suas atribuições normais, poderão proceder às análises e ensaios de amostras de algodão em rama que lhes sejam requeridas por parte dos importadores e industriais na mesma inscritos, ou ainda dos organismos representativos da exportação colonial.

§ 2.º A importância a cobrar pela prestação de tais serviços será fixada pelo regulamento interno da Comissão Reguladora.

Art. 12.º A Comissão Reguladora deve ser ouvida pelas instâncias competentes em todos os assuntos de condicionamento da indústria de fição e tecelagem do algodão.

Art. 13.º Os importadores e os industriais de algodão são obrigados a acatar todas as determinações dimanadas da Comissão Reguladora e superiormente sancionadas pelo Ministro do Comércio e Indústria, referentes à disciplina, coordenação e aperfeiçoamento dos respectivos ramos de actividade, e tendo em vista a defesa da economia nacional e o melhor aproveitamento da matéria prima proveniente das colónias.

Art. 14.º Os importadores de algodão em rama, bem como os industriais que utilizem a mesma matéria prima, devem inscrever-se obrigatoriamente na Comissão Reguladora.

Art. 15.º Só podem realizar o comércio de importação de algodão em rama das colónias ou do estrangeiro, e como tal inscrever-se na Comissão Reguladora, as pessoas singulares ou colectivas que satisfaçam às seguintes condições:

a) Pagar contribuição industrial pelo exercício do comércio de importação de algodão em rama;

b) Estar matriculado como importador na Conservatória do Registo Comercial;

c) Possuir os conhecimentos técnicos julgados indispensáveis para o exercício do respectivo comércio, bem como a capacidade financeira adequada ao volume das transacções em vista;

d) Manter uma reserva permanente em armazém.

§ 1.º Compete à Comissão Reguladora ajuizar das condições requeridas pela alínea c).

§ 2.º A reserva permanente mencionada na alínea d) a atribuir a cada importador corresponderá à vigésima parte do seu movimento anual.

§ 3.º Mediante proposta da Comissão Reguladora poderá o Ministro do Comércio e Indústria modificar por portaria o quantitativo da reserva fixado no parágrafo anterior.

§ 4.º Em casos de reconhecida necessidade e mediante proposta da Comissão Reguladora poderá o Ministro do Comércio e Indústria autorizar que qualquer importador disponha de parte ou da totalidade da sua reserva permanente.

Art. 16.º A inscrição de novos importadores deve ser requerida até 31 de Março de cada ano, mas só pode ter efeito, uma vez aceite, para a campanha algodoeira seguinte.

Despesas e receitas

Art. 17.º São despesas da Comissão Reguladora as que provierem da execução do presente decreto e respectivos regulamentos, devidamente previstas e orçamentadas.

Art. 18.º Constituem receitas próprias da Comissão Reguladora:

a) A importância resultante da cobrança das taxas de \$10 por cada quilograma de algodão em rama importado do estrangeiro e de \$07 por cada quilograma de algodão em rama importado das colónias;

b) O produto dos serviços prestados e a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 11.º deste decreto;

c) O produto das multas;

d) Os juros dos fundos capitalizados;

e) Quaisquer outros rendimentos ou subsídios.

§ 1.º O Ministro do Comércio e Indústria poderá modificar, em portaria, a taxa prevista na alínea a).

§ 2.º A cobrança será efectuada pelas estações aduaneiras no acto do despacho e o seu valor entregue, no prazo de oito dias, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, para crédito da conta da Comissão Reguladora.

Art. 19.º Todas as importâncias pertencentes à Comissão Reguladora, ou por ela cobradas, serão depositadas em conta corrente à sua ordem na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

Penalidades

Art. 20.º O não cumprimento das obrigações impostas por este decreto, regulamentos e instruções dará lugar à aplicação das penalidades previstas no artigo 10.º do decreto-lei n.º 26:757, de 8 de Julho de 1936.

Art. 21.º Nenhuma penalidade poderá ser aplicada sem que o inculcado seja convidado a apresentar, por escrito, a sua defesa.

§ único. É presunção legal de culpabilidade a não apresentação imediata de documentos requisitados para averiguação.

Art. 22.º No caso de aplicação de multa superior a 5.000\$ ou das penalidades previstas nas alíneas *d*) e *e*) do § 2.º do artigo 10.º do decreto-lei n.º 26:757 é admitido o recurso ao Ministro do Comércio e Indústria, que resolverá em última instância.

Disposições gerais e transitórias

Art. 23.º Compete à Comissão Reguladora, logo que se encontre constituída, elaborar e submeter à aprovação do Govêrno o regulamento do comércio de algodão em rama, em conformidade com os fins do presente diploma.

Art. 24.º É concedido o prazo de noventa dias, a contar da data da entrada em vigor dêste diploma, para a inscrição dos importadores e industriais, nos termos do artigo 14.º

Art. 25.º A Comissão Reguladora corresponder-se-á directamente com todas as estações oficiais e demais autoridades, às quais poderá solicitar, sempre que o julgue conveniente, o auxílio ou colaboração de que careça.

Art. 26.º A Comissão Reguladora usará um sêlo em branco, cuja aposição produz os mesmos efeitos que a dos selos em branco de qualquer Repartição do Estado.

Art. 27.º Aos funcionários superiores e aos fiscais da Comissão Reguladora é concedida livre entrada em todos os locais onde se exerce o comércio ou a indústria do algodão.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 15 de Maio de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Pedro Teotónio Pereira*.

Direcção Geral da Indústria

Inspecção de Pesos e Medidas

Portaria n.º 8:713

Com o fim de assegurar que haja a necessária garantia das capacidades que são atribuídas às garrafas que

servem na distribuição de leite higienizado, publicou o Ministério do Comércio e Indústria a portaria n.º 8:383, em 14 de Março de 1936.

De então até hoje, concedida já uma prorrogação no prazo inicialmente imposto para o cumprimento das disposições dessa portaria, para atender um pedido dos interessados que pareceu razoável, reconheceu-se, pelo estudo das condições de vida da indústria de higienização de leite, que poderia adoptar-se processo de garantir as capacidades das garrafas sem fazer rocair sobre os consumidores de leite o ónus da aforição das mesmas, nem sobrecarregar as emprêsas, cuja actividade é de interesse geral facilitar, desde que a legislação adoptada possa evitar todos os abusos.

Dentro desta doutrina o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Indústria, determina o seguinte:

1.º A distribuição de leite higienizado ou não, feito por recipientes-medidas, só poderá efectuar-se em garrafas de capacidade marcada e do tipo e capacidades aprovados pelo n.º 1.º da portaria n.º 8:383, de 14 de Março de 1936, ou outras que venham a ser aprovadas para esse efeito, seguindo-se na sua aprovação os trâmites previstos nos artigos 6.º e 7.º do decreto n.º 9:051, de 11 de Agosto de 1923;

2.º De cada tipo de garrafas aprovadas para a distribuição de leite será apresentado um exemplar para aferir no serviço de pesos e medidas dos concelhos onde esse tipo de garrafas seja utilizado, ficando em depósito na repartição competente da respectiva câmara;

3.º Quando se verificar que estão a uso na distribuição de leite garrafas de tipo não aprovado ou com a capacidade diferente da que corresponde ao modelo depositado, será aplicada ao seu proprietário a multa prevista no artigo 9.º do decreto n.º 9:051, de 11 de Agosto de 1923, por cada garrafa nessas condições;

4.º As taxas de aferição dos modelos são as consignadas na legislação vigente relativa às medidas de capacidade.

Ministério do Comércio e Indústria, 15 do Maio de 1937. — O Ministro do Comércio e Indústria, *Pedro Teotónio Pereira*.